

**DEMONSTRAÇÕES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)**

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)</b>						<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS</b>			
	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023
<b>ATIVO</b>				<b>PAS. E PATR. SOC. CIRCUL.</b>			<b>Receitas Operacionais</b>		
<b>Circulante</b>				Fornecedores	8	5.895.995	Serviços prestados pacientes SUS	92.614.691	88.169.963
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.989.537	14.457.690	Obrigações trabalhistas	9	3.548.656	Serviços prest. conv. e partic.	-	-
Contas a receber	5	8.859.137	962.115	Obrigações sociais	10	855.013	(-) Glosas	(18.942)	-
Estoques	6	835.152	888.716	Obrigações fiscais		281.068	<b>Receita Líquida</b>	<b>92.595.749</b>	<b>88.169.963</b>
Outros créditos		163.195	125.001	Outras contas a pagar	11	1.041.872	<b>Custos</b>		
Contratos de gestão	3m	41.293.271	36.551.013	Partes relacionadas	12	250.000	Serviços de terceiros	(56.645.261)	(54.313.943)
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>59.140.292</b>	<b>52.984.535</b>	Contratos de gestão	3m	41.293.271	Pessoal e encargos	(15.385.227)	(14.758.249)
<b>Não Circulante</b>				<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>53.165.875</b>	Materiais e medicamentos	(10.454.754)	(10.639.689)
Imobilizado - Próprio	7a	35.896	31.132	<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>46.571.765</b>	<b>Superávit / (Déficit)Líquido</b>	<b>10.110.507</b>	<b>8.458.082</b>
Imobilizado - Contrato de Gestão	7b	5.038.513	5.751.393	<b>Patrimônio Social</b>			Pessoal e encargos	(3.846.307)	(3.689.562)
Intangível - Contrato de Gestão	7c	65.392	88.404	Patrimônio social		5.691.301	Serviços de terceiros	(22.910)	(14.442)
<b>Total do Ativo não Circul.</b>		<b>5.139.801</b>	<b>5.870.929</b>	Superávit (déficit) acumulado		6.222.709	Impostos, taxas e contribuições	(77.497)	(746.110)
<b>Total do Ativo</b>		<b>64.280.093</b>	<b>58.855.464</b>	<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>276.938</b>	Depreciação/amortização	(6.453.375)	(6.038.828)
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL</b>									
<b>Patrimônio Super./ (Déficit) Social Acumulado Total</b>									
<b>Saldos em 31 de dez. de 2022</b>		<b>630.078</b>		<b>5.583.023</b>	<b>6.213.101</b>	<b>Superávit / (Déficit) do Exercício</b>			
Incorporação ao Patrimônio Social		5.583.023		(5.583.023)		(531.408)	<b>Exercício</b>	<b>276.938</b>	<b>(531.408)</b>
Transferências		9.608			9.608	Outros resultados			
Superávit / (Déficit) do Exercício				(531.408)	(531.408)	Outros resultados			
<b>Saldos em 31 de dez. de 2023</b>		<b>6.222.709</b>		<b>(531.408)</b>	<b>5.691.301</b>	<b>abrangentes</b>			
Incorporação ao Patrimônio Social		(531.408)							
Superávit / (Déficit) do Exercício									
<b>Saldos em 31 de dez. de 2024</b>		<b>5.691.301</b>							
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS</b>									
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>									
Superávit / (Déficit) do Exercício				<b>Receitas</b>		<b>93.361.248</b>	<b>89.034.188</b>		
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa				Serviços prestados pacientes SUS	92.614.691	88.169.963	<b>Subsequentes</b>		
Depreciação/Amortização				Outras receitas e despesas	765.499	864.225	Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.		
Transferências				(-) Glosas	(18.942)	-	<b>i. Custos</b>		
<b>Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo</b>		<b>1.054.435</b>	<b>224.900</b>	<b>Insuimos adquir. de terc.</b>		<b>(73.553.390)</b>	<b>(70.992.460)</b>	<b>ii. Depreciação</b>	
Contas a Receber		(7.897.022)	(962.115)	Serviços de terceiros		(56.645.261)	(54.313.943)	A deprecição é calculada sobre o valor deprecável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item de imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:	
Estoques		53.564	122.962	Materiais e medicamentos,			<b>Taxa Anual de Depreciação - %</b>		
Outros Créditos		(38.194)	25.272	Despesas gerais e administr.			Aparelhos Med. e Cir.	10%	
<b>Aumento / (Redução) do Passivo</b>				(16.908.129)	(16.678.517)		Eq. Pedagógicos	10%	
Fornecedores		637.691	436	<b>Valor adicionado líquido</b>			Instrumentos de Cirurgia	10%	
Obrigações Trabalhistas		361.600	1.019.150	produz, pela entidade (3-4)	<b>19.030.361</b>	<b>17.295.618</b>	Máquina e Equipamentos	10%	
Obrigações Sociais		39.882	495.111	<b>Valor adic. recebido em transf.</b>	<b>626.471</b>	<b>767.983</b>	Móveis e Utensílios	10%	
Obrigações Fiscais		27.047	9.377	Receitas financeiras	626.471	767.983	Móveis e Utensílios Hosp.	10%	
Outras Contas a Pagar		706.898	230.503	<b>Valor adic. total a distr. (5+6)</b>	<b>19.656.832</b>	<b>18.063.601</b>	Eq. Informática	20%	
Receitas Diferidas		(1.446.419)	(66.575)	<b>Distrib. do valor adicionado</b>	<b>19.656.832</b>	<b>18.063.601</b>	Aparelhos Telefônicos	20%	
Subvenções para Investimentos		-		Pessoal e encargos	19.231.534	18.447.812	O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.		
<b>FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO)</b>				Impostos, taxas e contribuições	22.910	14.442	<b>d. Intangível:</b> Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.		
<b>PELA ATIVIDADE OPERAC.</b>		<b>(6.500.518)</b>	<b>1.099.021</b>	Despesas financeiras	125.450	132.755	<b>Taxa Anual de Amortização - %</b>		
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				Superávit / (Déficit) do Exercício	276.938	(531.408)	Software	20%	
Aquisição de Ativo Imob. e Intan.		(53.324)	(548.629)				<b>e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis</b>		
Baixa de Ativo Ímob. e Intangível		6.955	-				A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.		
<b>FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO</b>							<b>f. Julgamentos e Estimativas:</b> A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.		
<b>PELA ATIV. DE INVESTIMENTO</b>		<b>(46.369)</b>	<b>(548.629)</b>				<b>g. Provisões para Riscos Judiciais:</b> A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.		
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>							<b>h. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Dúvida</b>		
Partes Relacionadas		78.734	(20.810)				E é constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.		
<b>FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONS.)</b>							<b>i. Apuração do Superávit / Déficit</b>		
<b>PELA ATIV. DE FINANC.</b>		<b>78.734</b>	<b>(20.810)</b>				O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.		
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(6.468.153)</b>	<b>529.582</b>				<b>j. Reconhecimento de Receitas</b>		
No início do exercício		14.457.690	13.928.108				As receitas com contrato de competência são reconhecidas quando efetivamente recebidas.		
No fim do exercício		7.989.537	14.457.690				<b>Continua...</b>		
<b>Caixa e Eq. de CX no Fim do Per.</b>		<b>(6.468.153)</b>	<b>529.582</b>						

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** a. **Objetivos Sociais:** O Hospital Regional Público dos Caetés (HRPC) está localizado na Avenida Barão de Capanema, nº 3191, Bairro - Centro, Capanema/PA, CEP: 68700-000, e faz parte da rede pública do estado do Pará. Todo atendimento é voltado ao SUS, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

b. **Contrato de Gestão:** Considerando o Contrato de Gestão 5º T.A. nº 005/SESP/2022 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará – SESPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público dos Caetés, vigente até 01 de junho de 2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Ambito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOU de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026.O Instituto encontra-se

**a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. **Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. **Imobilizado:** i. **Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente

**ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Dúvida** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. **Apuração do Superávit / Déficit** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. **Reconhecimento de Receitas** As receitas com contrato de competência são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

**Continuação...**

de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2024 não trascionaram operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/deficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

**I. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2024	2023
Caixa em espécie	1.200	1.200
Banco conta movimento	16.047	899
Aplicações financ. de liquidez imediata	7.972.290	14.455.591
<b>Total</b>	<b>7.989.537</b>	<b>14.457.690</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas

**7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL****a. Imobilizado - Próprio**

	Aparelhos	Telefôn.	Eq.	Informática	Instrumentos de Cirurgia	Máquina e Equip.	Total
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	7.619	7.619
Aquisições	8.792		11.177			8.733	28.702
Transferências	-		-			-	-
Baixas	-		-			-	-
Depreciação	(1.461)		(2.129)			(1.599)	(5.189)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>7.331</b>		<b>9.048</b>			<b>14.753</b>	<b>31.132</b>
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	7.331		9.048			14.753	31.132
Aquisições	-		-			9.930	814
Transferências	-		-			-	-
Baixas	-		-			-	-
Depreciação	(1.759)		(2.235)			(248)	(1.738) (5.980)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>5.572</b>		<b>6.813</b>			<b>9.682</b>	<b>13.829 35.896</b>

**b. Imobilizado - Contrato de Gestão**

	Aparelhos	Cir.	Aparel.	Eq.	Instr.	de	Máquina e	Móveis e	Móveis e	Eq.	Total
	Med.	e	Telefôn.	Inform.	Cirurgia	Equip.	Equip.	Utens.	Utens.	Hosp.	Pedag.
Em 31 de dez. de 2023											
Saldo inicial	3.128.293		17.020	660.590	315.781	440.858	711.334	654.618	21.472	5.949.966	
Aquisições	125.010		-	44.693	182.636	98.268	46.694	22.626	-	519.927	
Transferências	-		-	-	-	-	-	-	-	-	
Baixas	-		-	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação	(330.329)		(3.720)	(143.803)	(45.986)	(50.527)	(74.287)	(67.678)	(2.170)	(718.500)	
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.922.974</b>		<b>13.300</b>	<b>561.480</b>	<b>452.431</b>	<b>488.599</b>	<b>683.741</b>	<b>609.566</b>	<b>19.302</b>	<b>5.751.393</b>	
Em 31 de dezembro de 2024											
Saldo inicial	2.922.974		13.300	561.480	452.431	488.599	683.741	609.566	19.302	5.751.393	
Aquisições	25.480		-	3.150	-	12.170	1.780	-	-	42.580	
Transferências	-		-	-	-	-	-	-	-	-	
Baixas	-		-	-	-	-	(1.540)	(5.415)	(6.955)	-	
Depreciação	(338.682)		(3.720)	(149.561)	(50.207)	(56.920)	(77.727)	(69.518)	(2.170)	(748.505)	
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.609.772</b>		<b>9.580</b>	<b>415.069</b>	<b>402.224</b>	<b>443.849</b>	<b>606.254</b>	<b>534.633</b>	<b>17.132</b>	<b>5.038.513</b>	

**c. Intangível - Contrato de Gestão**

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	111.415	111.415
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(23.011)	(23.011)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>88.404</b>	<b>88.404</b>
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	88.404	88.404
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(23.012)	(23.012)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>65.392</b>	<b>65.392</b>
<b>8. FORNECEDORES</b>		
Materiais e medicamentos	489.859	447.706
Serviços	1.256.159	1.214.911
Serviços médicos	3.597.191	3.475.634
Diversos	552.786	120.053
<b>Total</b>	<b>5.895.995</b>	<b>5.258.304</b>
<b>9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>		
Ordenados e salários a pagar	1.637.181	1.613.043
Provisão férias	1.770.306	1.457.474
Provisão FGTS s/férias	141.169	116.539
<b>Total</b>	<b>3.548.656</b>	<b>3.187.056</b>
<b>10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>		
INSS a recolher	273.462	199.028
FGTS a recolher	271.378	211.590
IRRF s/ folha a recolher	297.985	403.953
Contr. sindical	12.188	560
<b>Total</b>	<b>855.013</b>	<b>815.131</b>
<b>11. OUTRAS CONTAS A PAGAR</b>		
Adiantamento contrato de Gestão	487.546	-

em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

**5. CONTAS A RECEBER:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 01/06/2025.

**2024** **2023**

Contrato de gestão 005/SESPA/2022	8.859.137	962.115
<b>Total</b>	<b>8.859.137</b>	<b>962.115</b>
<b>AgingList</b>		
A vencer	-	481.059
Até 30 dias	8.392.104	160.352
De 31 a 60 dias	254.351	160.352
De 61 a 90 dias	123.286	-
De 91 a 180 dias	89.396	-
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	-	-
<b>Total</b>	<b>8.859.137</b>	<b>962.115</b>

**6. ESTOQUES**

**2024** **2023**

Drogas e medicamentos	272.631	312.945
Materialis de uso do paciente	382.939	430.420
Fios cirúrgicos	23.648	21.498
Limpeza e higienização	25.395	21.723
Dietas enterais e parenterais	12.782	19.238
Materiais de laboratório	1.418	608
Demais materiais	116.339	82.284
<b>Total</b>	<b>835.152</b>	<b>888.716</b>

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

**14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

**2024** **2023**

Serviços de gestão	(2.698.982)	(2.776.066)
Energia elétrica	(2.386.688)	(2.267.564)
Aluguel de máquinas	(1.081.220)	(461.475)
Viagens e hospedagem	(62.122)	(47.197)
Outros	(224.363)	(486.526)
<b>Total</b>	<b>(6.453.375)</b>	<b>(6.038.828)</b>

**15. RENÚNCIA FISCAL:** A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

**2024** **2023**

Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	4.981.872	4.274.745
INSS	4.981.872	4.274.745
COFINS	2.778.046	2.646.646
COFINS	2.778.046	2.646.646
<b>Total</b>	<b>16.759.918</b>	<b>15.417.706</b>

**16. COBERTURA DE SEGUROS:** Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

**17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financeirar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a forneced

**Continuação ...**

seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Renovação de contrato de gestão** Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Regional Público dos Caetés está vigente até 01 de junho de 2025, entretanto, até a emissão desse relatório, a SESPA não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. Chamamos a atenção ao fato de que, como previsto item 2.1.40.5 do contrato de gestão homologado pelo Ente Público, as reservas financeiras destinadas às provisões, incluindo aquelas referentes a rescisões trabalhistas, são mantidas em aplicações financeiras, as quais totalizavam R\$ 4.679.342 em 31 de dezembro de 2024. **Imobilizado de gestão** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado já existente na unidade e atualmente utilizado nas operações da Entidade, não foi reconhecido nestas demonstrações contábeis, uma vez que a Administração não recebeu documentos e controles suficientes, por parte da SESPA, para realizar tal incorporação. A Administração ressalta que o imobilizado atual e os ativos que forem adquiridos durante a sua gestão, serão integralmente revertidos ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão, portanto, considera que não há efeitos significativos ao patrimônio social para administração operacional do Hospital. **Transações com partes relacionadas** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstra-

ções financeiras do exercício anterior Os valores correspondentes ao balanço patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 15 de março de 2024, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opiniões sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrivemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2025.  
**PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES**  
 CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/0-2  
 Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/0-6

Protocolo: 1177212

# Flauta de Bambu

2<sup>a</sup> Edição



  
**Editora**  
**Dalcídio**  
**Jurandir**  
 IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

**HAROLDO MARANHÃO**, um dos maiores nomes das letras brasileiras, volta a ser publicado em sua terra em um gênero de fácil leitura, mas de difícil execução: a crônica. As narrativas que compõem o livro foram escritas nas décadas de 1950 e 1960. As demais constituem material não incluído em "A Estranha Xícara", de 1968, estreia do autor no livro, e "Voo de Galinha", seu terceiro título.



